

## Há filosofia da mente no pensamento de Guilherme de Ockham?

*Is there philosophy of mind in William of Ockham?*

Laiza Rodrigues de Souza<sup>63</sup>

**RESUMO:** Neste trabalho, propomos investigar a possibilidade de interpretar alguns aspectos da filosofia de Guilherme de Ockham à luz do externalismo e da Filosofia da Mente contemporânea. Há algo como uma filosofia da mente no pensamento de Ockham? A teoria do conhecimento ockhamista é construída sobre uma base linguística e, portanto, reflete a necessidade de que as proposições que expressam nossas crenças correspondam à realidade do mundo que nos circunda. Assim, a condição de possibilidade de uma ciência está na correspondência entre seu corpo teórico e a realidade. De forma semelhante, a intelecção que antecede e compõe a crença privada de um sujeito diz respeito a um complexo mecanismo de atos intelectivos cujo início é desencadeado sempre a partir de um fator externo. O conhecimento é sempre o conhecimento de algo. Assim, o conteúdo de nossos pensamentos, situado no que Ockham postula como “linguagem mental” tanto em relação ao conhecimento, quanto em relação à linguagem, deve fazer referência ao mundo extramental. Neste sentido, buscamos viabilizar a possibilidade de aproximar teorias externalistas contemporâneas e a filosofia de Ockham.

**PALAVRAS-CHAVE:** Guilherme de Ockham; Linguagem Mental; Filosofia da Mente.

**ABSTRACT:** In this work, we propose to investigate the possibility of interpreting some aspects of Guillermo de Ockham's philosophy in the light of externalism and the Contemporary Philosophy of Mind. Is there something like a philosophy of mind in Ockham's thought? The theory of ockhamist knowledge is built on a linguistic basis and therefore reflects the need for the propositions expressing our beliefs to correspond to the reality of the world around us. Thus, the condition of possibility of a science lies in the correspondence between its theoretical body and reality. Similarly, the intellection that precedes and composes the private belief of a subject concerns a complex mechanism of intellectual acts whose onset is always triggered by an external factor. Knowledge is always the knowledge of something. Thus, the content of our thoughts, situated in what Ockham posits as "mental language" both in relation to knowledge and in relation to language, must make reference to the extramental world. In this sense, we seek to make feasible the possibility of approaching contemporary externalist theories and Ockham's philosophy.

**KEYWORDS:** William of Ockham; Mental Thought; Philosophy of Mind.

---

<sup>63</sup> Doutoranda em Filosofia na UFRGS. Email: la-izarodrigues@hotmail.com.

## Introdução

A relação mente cérebro tem intrigado a humanidade desde o início das reflexões que o homem fez acerca do mundo. A existência da mente é um ponto que podemos chamar de consensual. Entretanto, na discussão filosófica pergunta-se que tipo de existência tem a mente e que tipo de relação ela tem com o cérebro é o que falta ser explicado. Se, por um lado, tivemos avanços no que diz respeito às descobertas do funcionamento do cérebro, de outro temos a mente como uma estrutura impossível de ser conhecida do mesmo modo que uma estrutura material como o cérebro. A assimetria entre mente e cérebro foi um ponto discutido por Descartes e deu origem à concepção moderna de dualismo cartesiano, que separa mente e cérebro de forma quase irreconciliável. Mas esta concepção está longe de ser livre de problemas. O dualismo cartesiano apenas divide as estruturas, mas não explica sua relação ou funcionamento. A divisão entre mente e corpo norteia uma série de questões filosóficas acerca de como essas duas estruturas se relacionam e a resposta para a maioria delas permanece obscurecida. As questões levantadas a partir da divisão de Descartes são o ponto de partida da Filosofia da Mente que investiga principalmente a relação entre mente e cérebro. Segundo Teixeira (2008, p. 16) foi Descartes que provou que o pensamento ocorre no cérebro. Pois até o século XVII não se tinha certeza sabia disso ainda.

### 1. Filosofia da Mente Contemporânea

O surgimento efetivo da filosofia da mente como a conhecemos surgiu na segunda metade do século XIX quando foi feita uma retomada entre as teorias metafísicas acerca dos fenômenos mentais e levou-se também em conta as novas descobertas da neurociência. Gilbert Ryle em 1949 lançou uma interpretação inovadora acerca do problema da mente e cérebro. Ryle encarou a dificuldade da relação entre mente e corpo como um pseudo-problema que se origina de uma confusão teórica acerca do emprego linguístico. Dispomos de um vocabulário para tratar o físico e outro para tratar o mental e esperamos que seus respectivos referentes sejam coisas distintas e incompatíveis. Ele defende que uma análise linguística é o bastante para que o pseudo-problema seja desfeito. Embora o campo das discussões da filosofia da mente seja

extremamente rico, é precisamente a análise linguística sobre o problema mente-corpo o nosso foco neste trabalho.

## 1.1 Linguagem do pensamento

O problema central da filosofia da mente pode ser reduzido à dificuldade de estabelecer a relação entre mente e corpo. Entretanto, do ponto de vista semântico, o problema questiona como se dá a ligação entre os conceitos, que expressam estados mentais, com os objetos do mundo extramental. Qual é a relação entre termos e objetos? Como a descrição dos estados mentais pode ser significativa através da linguagem comum se os estados mentais têm um conteúdo privado? Qual é precisamente a característica que torna estados mentais subjetivos comunicáveis acerca do mundo exterior? Existirá algo como uma linguagem do pensamento que permita que o conteúdo dos meus estados mentais acerca do mundo exterior seja exatamente acessível aos meus interlocutores? A este respeito Dennett (2006, p. 142) fez a seguinte formulação acerca da existência de uma linguagem do pensamento:

Nós e outras criaturas exibimos comportamento inteligente e, uma vez que a produção regular de tal comportamento requer pensamento, e o pensamento requer representação, e nada pode representar exceto um sistema, devemos ser dotados de um sistema de representação interna e utilizá-lo, um sistema que possua sua própria “gramática” e “vocabulário”, e que poderíamos chamar de linguagem do pensamento.

A primeira tese acerca da linguagem mental ou linguagem do pensamento foi escrita por Jerry Fodor intitulada *The Language of Thought*<sup>64</sup>. A noção de linguagem do pensamento foi desenvolvida através de uma comparação com programação computacional<sup>65</sup>. Fodor defendeu a existência dessa linguagem baseado na ideia de que o processo computacional consiste numa espécie de manipulação de símbolos que ocorre de forma ordenada e infere, a partir disso, que os processos cognitivos humanos também se constituem como uma manipulação ordenada de símbolos. A manipulação ordenada de símbolos que seria a linguagem do pensamento tem um

---

<sup>64</sup> “A linguagem do pensamento” em livre tradução.

<sup>65</sup> A linguagem que o usuário usa com a máquina é uma linguagem input/output que será codificada e traduzida numa linguagem que será acessível a outros usuários, a linguagem máquina, linguagem do sistema operacional do computador. A linguagem convencional, seria na visão de Fodor, uma linguagem input/output que permitiria que os outros seres comunicassem a linguagem universal inata em todos os seres humanos, seria análoga a linguagem máquina.

caráter inatista, de modo que a aquisição de qualquer linguagem convencional ou idioma pressupõe a capacidade humana de manipulação ordenada de símbolos, como o que D’Arc (2010, p. 163-164) chama de “qualidade intrínseca do processo cognitivo”. Entretanto, a linguagem mental não se restringe a uma estrutura inata que fundamenta a possibilidade de aquisição e manipulação de símbolos. Para além disso, qualquer um que pretenda defender a teoria da linguagem mental precisa explicar como se dá a interação dos símbolos da linguagem com os objetos do mundo exterior. A relação entre objetos e símbolos da linguagem pode ser melhor esclarecida através das noções de intencionalidade e extensionalidade.

## 1.2 Intencionalidade

Dizemos que a intencionalidade é uma característica dos estados mentais (crenças, desejos, eventos linguísticos e elocuições) serem dirigidos ou serem acerca de determinado objeto. Segundo D’Arc (2010, p. 164), ela pode ser entendida como uma espécie de relação a ser estabelecida entre dois objetos diferentes quando um é acerca do outro. Mas, como a linguagem pode significar e fazer referência a coisas que são universalmente compreendidas, se ela expressa estados mentais subjetivos? A reflexão acerca da intencionalidade não dá conta sozinha do problema da referência dos termos linguísticos. Para abranger este problema é preciso então falar em termos de referencialidade e extensionalidade. A extensão de uma proposição diz respeito aos objetos do mundo ligados a uma determinada expressão linguística, isto é, o objeto que tal expressão representa. O conceito expresso pela proposição se chama “intenção linguística” ou significado. Intenção e extensão são determinadas uma pela outra, de modo que não pode haver expressões com a mesma extensão e intenções diferentes. A partir da noção de intencionalidade, compreendemos como um estado mental pode ter um conteúdo que se refere a uma realidade extramental e podemos expressar esse conteúdo fazendo referência a essa realidade. Isto seria um modo de dizer que os nossos conteúdos mentais representam o mundo à nossa volta. Mas como é possível que diferentes experiências subjetivas tenham uma mesma representação ou mesmo sejam unificadas através de uma linguagem?

Dennett sugere ser necessária uma teoria completamente geral da representação. Fodor afirma, por sua vez, que tal teoria só pode se desenvolver fundamentada num sistema de

representação interna, uma linguagem do pensamento. Segundo Putnam (Cf. 1981, p. 2) aquilo que as palavras significam depende de algo mais do que aquilo que está no cérebro. Segundo a crítica de Putnam a afirmação de uma estrutura inata que garante a formação de linguagens dotadas de significado e é expressa mediante pensamentos tem de ser identificada em parte com acontecimentos ou objetos exteriores à mente dessas pessoas. De um lado, temos a possibilidade de existência de uma Linguagem do Pensamento que supostamente consegue explicar como formamos nossos signos e conceitos, de outro, a possibilidade da existência dessa estrutura não demonstra de que forma esse pensamento remete a objetos extramentais ou mesmo se depende deles, de alguma forma, para a formação desses signos e conceitos. Afinal, existe ou não uma conexão entre a linguagem do pensamento e os objetos extramentais para a realização de nossas estruturas inatas de formação de signos e conceitos? Assim formulado este é o debate do internalismo e externalismo.

Que tipo de acesso temos aos eventos que ocorrem em nossa mente e que tipo de acesso temos a eventos que ocorrem fora da nossa mente? Que tipo de acesso temos aos nossos estados mentais e que tipo de acesso temos aos objetos e/ou eventos do mundo físico extramental. Para o internalista o significado ou conteúdo mental dependem principalmente do indivíduo. Já o externalismo defende que o significado ou conteúdo mental depende principalmente do mundo, do meio no qual o indivíduo se encontra. Além de investigar se o significado dos conteúdos mentais - e o próprio conteúdo mental - depende do mundo externo ou se restringe à estados internos do indivíduo, o debate também se estende à justificação epistêmica das crenças: somente os estados internos de um indivíduo são suficientes para justificar suas crenças ou é necessário que suas crenças sejam suportadas por dados objetivos do mundo exterior?

Para os externalistas, as crenças são epistemicamente justificadas através do contato com a estrutura causal do mundo (mesmo que o agente cognoscitivo não tenha acesso imediato a essa estrutura). Já os internalistas acreditam que o sujeito tem que possuir acesso imediato a tudo que permite justificar suas crenças. Fatos e eventos do mundo físico são externos à mente e não configuram ou permitem um acesso imediato de modo que os internalistas consideram que não devem fazer parte da justificação epistêmica. Para os internalistas, todas as condições que determinam a justificação de uma crença de uma pessoa envolvem de forma necessária os estados mentais dessa pessoa, aos quais o sujeito teria acesso imediato. Os externalistas não

acreditam que os estados mentais sejam necessariamente a única condição que possibilite a justificação epistêmica. Essas teorias pressupõem que eventos internos e externos à mente são coisas distintas e que o conteúdo dos estados mentais é uma propriedade extrínseca aos próprios estados mentais.

O que interessa ao nosso propósito é precisamente a visão do externalismo que não se trata de uma corrente estritamente consensual. Existe o consenso geral de que os conteúdos de nossos estados mentais intencionais (como o são as crenças e os pensamentos) são, pelo menos em parte, determinados por nossa relação com o mundo externo físico. De outro lado, não há um consenso acerca de se é possível compatibilizar esse sistema com a crença que temos um conhecimento direto dos nossos próprios estados mentais.

Para a filosofia da mente, nossos estados mentais, como crenças e vontade, são estados mentais intencionais com conteúdo ou significado proposicional específico. Os estados mentais são chamados de atitudes proposicionais e expressam uma atitude específica de um sujeito em relação a uma proposição específica. Deste modo podemos dizer que temos “uma crença de que” ou um “pensamento de que”. Ou seja, o sujeito tem uma relação com o conteúdo ou atitude expressa por seus estados mentais. Os estados mentais têm conteúdo representacional e são constituídos por características intencionais uma vez que cada uma das palavras usadas para expressar esse conteúdo representacional remete a algo além de seu próprio significado.

O debate externalista do século XX, apoiando-se na suposição de que os estados mentais tenham sempre conteúdo externo, questionava: como uma frase, pensamento ou uma crença teria conteúdo ou um significado determinado e externo ao próprio estado mental? A este respeito, existem duas perspectivas de resposta, a saber, a perspectiva descritivista e a perspectiva não descritivista. A perspectiva descritivista afirma que quando um indivíduo pensa em um objeto mediante uma descrição, seu pensamento depende necessariamente do objeto particular referido pela descrição: “as descrições da mente podem ser referidas de tal modo que não tenham uma referência específica de como as coisas são no mundo” (D’Arc, 2010, p.173). Tal percepção foca-se somente nas percepções, sentimentos, significados e conceitos interiores de um indivíduo. A perspectiva não descritivista afirma que um sujeito pensaria em um objeto não pela via da descrição, mas pelo fato de o sujeito estar de alguma forma em relação real ou causal com

o objeto. Os pensamentos conectam-se com seus objetos mediante a relação na qual o sujeito estabelece para com aqueles objetos.

Num sentido amplo, do ponto de vista externalista, o significado de nossas frases e palavras e nossos estados mentais intencionais não está “na cabeça”, mas relacionados com o mundo. Tudo o que pensamos, os objetos de nossa experiência e os objetos de nossa fala dependem, ao menos de certa forma, do mundo exterior à mente do sujeito cognoscente, ou melhor, pode-se em algumas variantes, afirmar que eles seriam causados pelo mundo exterior. E se os estados mentais de um sujeito são causados pelo mundo exterior, a condição de existência de estados mentais é fundamentada na existência do sujeito num mundo. Os pensamentos e atitudes proposicionais do sujeito cognoscente são individuados por estados subjetivos e por objetos, acontecimentos, ou eventos do mundo exterior à mente subjetiva. Segundo D’Arc (2010, p. 174) “o externalista não nega os dados intrínsecos, ele simplesmente afirma que os pensamentos do sujeito cognoscente são individualizados parcialmente pelo entorno que o envolve”. O que o sujeito pensa depende de seu entorno. A partir da noção de que a relação com o mundo é a causa dos nossos pensamentos nos aproximamos do pensamento de Ockham e consequentemente de nosso objetivo principal, o de estabelecer se existe uma filosofia da mente em seu pensamento.

## 2. O pensamento de Ockham

Ockham foi um pensador do século XIV lembrado por sua navalha. Ele desenvolveu seu discurso interior por ocasião da discussão dos universais na Idade Média. Suas primeiras reflexões acerca da linguagem mental resultaram dos esforços de resolver o problema do conhecimento dos universais. Naquele momento, ele se deparou com a dificuldade de conciliar a noção aristotélica de que não há ciência senão do universal com seu posicionamento nominalista segundo o qual o universal não é uma realidade fora do espírito. Em sua teoria do conhecimento, o objeto do saber científico não são as coisas exteriores ao espírito ou à linguagem, mas as proposições, sejam orais, escritas ou mentais. Esta concepção parece resolver seu dilema entre a concepção de ciência aristotélica e sua própria visão dos universais pois nesse sistema as proposições são compostas de termos gerais, isto é, os objetos das proposições são universais.

Surge então a questão de se a ciência é sobre os universais, como ela pode ser acerca do real, uma vez que o real é composto somente por indivíduos segundo o nominalismo de Ockham? Pois é através do que é conhecido pelo vocabulário técnico da semântica terminista por suposição que os termos gerais, sejam eles falados, escritos ou pensados podem representar coisas exteriores. Supor seria tomar ou ocupar o lugar das coisas numa proposição. O objeto do saber ou seu conteúdo, isto é, aquilo mesmo que é sabido é da ordem da proposição, então saber é “saber que ...”. Nesta medida sua concepção de conhecimento é intencional.

Essa abordagem proposicionalista é refutada pelo relativismo linguístico segundo o qual o saber difere de conteúdo segundo a língua em que é formulado (Cf. PANACCIO, 1998, p. 256). Mas, sem dúvida a crítica mais forte a esta aproximação é o ceticismo que emerge do fato de o conhecimento não tratar das coisas mesmas, mas somente de suas representações mentais agrupadas em proposições. Ockham acaba por evitar o relativismo linguístico através de sua concepção de linguagem mental na qual as proposições mentais não são de nenhuma língua. E, por outro lado, seu sistema não tem uma consequência cética devido a atribuição da função referencial da suposição aos termos constitutivos das proposições.

Para Ockham o conhecimento intuitivo do individual ocorre sem recorrer à abstração ou qualquer entidade oculta, forma ou conceito. Isso ilustra o seu princípio de economia do pensamento conhecido como “navalha de Ockham”. Para sustentar essa teoria de um conhecimento intuitivo sem abstração, Ockham tem de formular sua própria teoria do conhecimento. A base da teoria do conhecimento de Ockham é o conhecimento intuitivo do singular, chamada de *notitia intellectualis*. Nesta teoria, todo conhecimento abstrativo (*notitia abstrativa*) que se acrescenta ao conhecimento intuitivo não supõe nenhuma nova operação do entendimento para a formação do conceito. Por que então chama-se de conhecimento abstrativo? Porque esse conhecimento abstrai, prescinde da existência do indivíduo. O objeto é representado por um signo, mas não como uma abstração do objeto.

Na lógica de Ockham, os termos fazem parte de um sistema de signos linguísticos. Signo escrito, falado e mental (OCKHAM, SL *Summa Logicae*, I. 1)<sup>66</sup>. O mental é o conceito (signo mental) que é universal porque representa uma pluralidade de indivíduos. Porém, ele se refere a

---

<sup>66</sup> A partir daqui utilizaremos a sigla SL para se referir à *Summa Logicae* de Ockham.

coisas individuais existentes. Os termos escritos e falados são convencionais e não são universais naturalmente. A referência dos termos falados ou escritos em relação aos objetos é o seu significado. Eles significam os objetos. O significado é explicado através da propriedade da suposição, a capacidade que um signo tem de ocupar o lugar de um objeto ou de uma coleção de objetos numa proposição.

Suposição divide-se em pessoal, simples e material (OCKHAM, SL, I. 63). Pessoal: um termo toma o lugar das coisas singulares às quais se aplica, como em “O cavalo é um mamífero”. Simples: o termo toma o lugar dele mesmo como conceito. Como “cavalo” em “‘cavalo’ é um conceito da espécie natural”. Material: o termo toma o lugar da palavra oral ou escrita ao qual corresponde. Como “cavalo” em “‘cavalo’ é uma palavra de seis letras”. Dito isso, passemos à análise dos conceitos.

## 2.1 O conceito como ato do entendimento

Um ponto fundamental é o status ontológico do conceito. Ockham percebeu que, para ser sujeito ou predicado numa proposição, é preciso apenas ser signo, ter uma significação. E ter uma significação garante a atribuição das funções referenciais da teoria da suposição. O conceito enquanto signo pode ser identificado como um ato do intelecto e ainda assim preservar todas essas funções. Assim, o ato de intelecção passa a ser visto como um signo que desempenha todos os papéis semânticos desejáveis, principalmente os de receber as funções referenciais da teoria da suposição.

A semântica do conceito como ato começa pela gramática. Ockham entende o trabalho feito por outros gramáticos como uma gramaticalização do pensamento e estende essa gramaticalização que era feita pelos greco-romanos aos nomes e verbos a outras partes do discurso como pronomes, participios, advérbios, conjunções, preposições (SL, I. 3). Além disso, também fazem parte da linguagem mental a distinção entre singular e plural, nominativo, genitivo e demais casos do latim como modo, tempo, etc. Assim, o escopo da linguagem mental é quase igual ao das línguas convencionais.

Mas o paralelo entre a linguagem mental e linguagem convencional não é total. Ficam de fora distinções entre masculino e feminino e terminações nominais e conjugações verbais. O critério de Ockham para a divisão é de ordem semântica. A intenção é que a linguagem mental possua uma capacidade expressiva pelo menos tão grande quanto a linguagem convencional – falada ou escrita. Na linguagem mental devem haver tantas distinções gramaticais quantas necessidades de significação. Neste sentido os sinônimos são considerados supérfluos (SL, I, 3, p. 10) porque para fins de significação, tudo o que pode ser significado por um sinônimo pode ser significado por outro. A distinção entre masculino, neutro e feminino também é puramente ornamental.

Ockham pega emprestado da lógica terminista não somente a gramática, mas também divisões lógicas no que diz respeito à significação dos termos. Tanto os termos que significam por natureza quanto signos que significam convencionalmente. A distinção maior é entre termos categoremáticos e sincategoremáticos. Os primeiros possuem significação definida como os substantivos. Já os segundos não possuem uma significação definida como “todo”, “nenhum”, “algum” e só adquirem significação junto de um termo categoremático.

Os termos categoremáticos se dividem entre termos absolutos e conotativos. Os termos absolutos são os conceitos que significam naturalmente e sobre os quais iremos nos deter mais.<sup>67</sup> Os termos absolutos são os considerados conceitos de espécie natural pois remetem a todos os seus significados da mesma maneira sem estabelecer nenhuma hierarquia entre eles. O conceito de ‘cavalo’, por exemplo, significa todos os cavalos e nada além disso. De forma que pode supor por qualquer cavalo num contexto proposicional. Panaccio aponta que segundo alguns comentadores<sup>68</sup> os termos categoremáticos e absolutos deveriam ser os únicos a figurar na linguagem mental. Entretanto, ele acredita que o “mentales” como ele chama a linguagem mental de Ockham não constitui uma linguagem ideal como a proposta por Frege “das quais as fontes

---

<sup>67</sup>Um termo conotativo é dito como um termo que possui uma significação primária e uma significação secundária. Eles compartilham com os termos absolutos a característica de poderem supor e serem verdadeiramente predicados daquilo que significam primariamente. Quando o termo é verdadeiramente predicado e supõe pelo que significa, aquilo que é significado por ele constitui sua significação primária. Entretanto, não podem supor nem são verdadeiramente predicados daquilo que significam secundariamente. Assim, o que caracteriza o termo conotativo é um tipo de significação não predicativa. Ex: o termo ‘branco’ supõe por todos as coisas brancas primariamente e, secundariamente, supõe pela qualidade da brancura. Assim também o termo ‘pai’ supõe por todos os pais primariamente e, secundariamente, supõe pelos filhos que tem um pai.

<sup>68</sup> (SPADE, 1975, 1980 e Normore, 1990 In: PANACCIO, 1998, p. 268)

semânticas seriam reduzidas a *strict minimun*” (1998, p. 268), mas apenas uma linguagem que elimina os erros mais grosseiros que levam ao equívoco habitual das linguagens ordinárias.

O elemento mais relevante retido por Ockham da lógica terminista para a formulação de sua teoria da linguagem mental é primeiramente a função da suposição que pode ser aplicada tanto aos conceitos absolutos quanto aos termos conotativos da linguagem mental. A significação é uma propriedade invariável do conceito categoremático enquanto a suposição é uma função que o termo adquire quando tomado como sujeito ou predicado de uma proposição. A suposição varia conforme o contexto. O conceito “cavalo” conserva o mesmo significado, mas não a mesma suposição nas seguintes frases: “todo cavalo é um mamífero” que está em suposição simples e na qual “cavalo” é um conceito de espécie. Enquanto em “um cavalo galopa”, “cavalo” está em suposição pessoal. Assim enquanto o significado do conceito absoluto é fixo, a suposição depende do contexto proposicional em que o termo é inserido. Neste sentido, a diferença entre significação absoluta e significação primeira e segunda explica porque um mesmo nome ora figura como conceito, ora figura como um nome simples.

A teoria da suposição também desempenha um papel vital para o estabelecimento dos valores de verdade das proposições. Nas proposições mentais elementares da forma “sujeito + cópula + predicado” as condições de verdade são fundadas na relação entre a suposição do sujeito e a do predicado, isto é, a verdade da proposição depende de ambos suporem pela mesma coisa, terem o mesmo *suppositum*. A condição necessária e suficiente para a verdade de uma afirmativa singular como “bucéfalo é um cavalo”, por exemplo, é que o predicado suponha pela mesma coisa que o sujeito. Uma proposição universal negativa como “nenhum humano é um cavalo” é verdadeira se, e somente se o predicado não supõe por nada que o sujeito supõe. Embora a teoria da suposição tenha uma função essencial no sistema do *Venerabilis Inceptor*, podemos dizer que a significação é a base sobre a qual se constrói toda a sua estrutura. A significação demarca a distinção entre categoremáticos e sincategoremáticos, distingue os termos absolutos e os termos conotativos e é também a base da qual deriva a suposição.

Na linguagem mental, os conceitos são signos, o que significa que os signos linguísticos significam não os conceitos, mas as coisas mesmas. Segundo Panaccio (1998, p. 272) esta noção só é transposta mais facilmente sem incorrer em equivocidade para a ordem mental. A distinção entre significação primeira e segunda é fundamental porque é através desse recurso que sabemos

que as palavras significam conceitos apenas secundariamente, caso contrário, se os conceitos fossem os significados primários das palavras, não poderíamos tomar o conceito como signo e extinguiríamos a função de signo atribuída aos conceitos de supor por seus significados. Na visão de Ockham as palavras estão subordinadas aos conceitos:

Os sons vocais são signos subordinados aos conceitos ou intenções da alma (...)  
As palavras são criadas por imposição para significar as coisas mesmas que são  
significadas pelos conceitos do espírito. (SL, I. 1)

Aqui compreendemos melhor a significação natural e também a distinção entre significação primária e secundária. O conceito significa qualquer coisa naturalmente enquanto o som vocal significa esta mesma coisa de maneira segunda. Significar naturalmente quer dizer que o conceito é um termo absoluto enquanto a palavra falada (que é diretamente subordinada ao conceito) é um termo conotativo cuja principal característica é significar primariamente o conceito a que é subordinada e secundariamente a coisa significada naturalmente pelo conceito.

A forma como o conceito-signo e a forma significada se relacionam naturalmente é um tema intrigante. Ockham não nos fornece grandes explicações acerca da naturalidade da significação, mas no âmbito da linguagem mental a significação dos termos singulares é explicada em termos de causalidade. Já em relação aos termos gerais, a significação é explicada através da similitude. Os termos singulares são apreendidos convencionalmente por imposição e por ostensão e causados pelo contato empírico com a coisa singular. Já os termos gerais, isto é, os conceitos, significam naturalmente porque são similares às coisas que significam. Ockham não explica exatamente a natureza específica da similaridade entre os conceitos e as coisas que significam. Na teoria madura os termos singulares são atos da intuição intelectual pelos quais o intelecto apreende de forma direta a existência das entidades singulares fora da mente. O intelecto apreende intuitivamente uma coisa singular e forma o conhecimento intuitivo desta coisa e este conhecimento – esta intuição intelectual do singular – é apreendida e formada como um signo capaz de supor por esta coisa singular. Em relação aos termos gerais Ockham explica a similitude entre o signo mental e as coisas exteriores apenas como um modo de assimilação. Panaccio atribui a este caso um isomorfismo que “supõe que o ato mental é dotado por natureza de uma certa estrutura interna capaz de reproduzir, de uma maneira ou de outra, aquela da coisa

que ele representa”<sup>69</sup> (1998, p. 275). Os atos da intuição são os únicos termos simples da linguagem mental e somente sua significação é determinada causalmente – pelos objetos dos quais são signos. O conceito abstrato é uma similitude que representa de maneira igual todos os indivíduos semelhantes que significa.

A relevância da linguagem mental desenvolvida por Ockham é o desenvolvimento da estrutura de uma linguagem do pensamento que pode ser sistematicamente analisada através das categorias gramaticais e semânticas disponíveis em sua época. O refinamento do seu sistema está no fato dele ter identificado as unidades que eram identificadas como predicado e sujeito nas proposições mentais com atos intelectuais que têm o potencial para atuar como signos capazes de significar, conotar e receber a função referencial da suposição dentro de proposições pelas coisas singulares existentes no mundo. Ele desenvolveu uma linguagem do pensamento que se estrutura e se articula com um instrumento de análise lógica e semântica que estabelece e regula os valores de verdade através da suposição e se mantém fiel à sua motivação principal de evitar o recurso a entidades metafísicas indesejáveis como gêneros e espécies, seja no discurso científico-filosófico, seja no discurso mental.

### 3. Há filosofia da mente em Guilherme de Ockham?

De tudo quanto dissemos brevemente a respeito dos problemas fundamentais e da teoria da linguagem mental de Ockham, é preciso explicitar alguns pontos antes de responder a esta pergunta. Partimos do princípio de que na filosofia de Ockham existe a noção de mente representada principalmente através da sua teoria da linguagem mental e da sua teoria do conhecimento como um todo que lida com operações do intelecto que ocorrem de maneira privada no que podemos traduzir em termos contemporâneos como mente. Ockham não desenvolveu propriamente reflexões acerca da mente como fez Descartes, mas o desenvolvimento de sua linguagem mental traz implicitamente uma certa noção de mente que seria melhor descrita em termos de linguagem interior. Graças a sua influência aristotélica, aquilo que chamaríamos hodiernamente de conteúdo mental seria descrito em termos de

---

<sup>69</sup> “(...) *ce qui suppose l’act mental dote par nature d’une certaine structure interne capable de reproduire, d’une façon ou d’une autre, celle de la chose qu’il représente*”. Tradução nossa.

intenções da alma. Entretanto, não estamos afirmando que exista em sua filosofia nenhuma preocupação ou comprometimento específico em desenvolver uma teoria que responda aos problemas e questionamentos postos pela filosofia da mente contemporânea. Fazer uma leitura da filosofia da mente de Ockham sob este paradigma consistiria num anacronismo e é preciso compreender suas ideias à luz do contexto de problemas filosóficos específicos com que ele lidava em sua época, a maioria dos quais bastante distantes dos temas discutidos na filosofia da mente contemporânea. Dito isto, embora não se possa dizer que a teoria da linguagem mental de Ockham vise cumprir a “agenda” da Filosofia da Mente contemporânea – aquela de defender por exemplo, que exista uma mente e que ela tem uma linguagem específica pela qual a conhecemos – é inegável que sua teoria deva ser levada em conta no debate contemporâneo principalmente no momento em que se começa a discutir a possibilidade de haver uma linguagem própria do pensamento que seja universalmente a todos os seres humanos. Embora a linguagem mental de Ockham não vise responder a este tópico de discussão específico, ela serve para o debate contemporâneo para provar a possibilidade de uma linguagem própria do pensamento.

O ponto de confluência que fizemos entre o sistema de Ockham e a filosofia da mente diz respeito principalmente ao externalismo. Principalmente com três vertentes específicas o externalismo linguístico, o externalismo do conteúdo mental e o externalismo epistêmico. Essas correntes debatem principalmente a relação e influência do mundo exterior nas nossas crenças e estados mentais. O externalismo linguístico é aquele no qual o falante, no momento de sua enunciação, depende de alguns elementos externos a ele, elementos que iriam além de suas estruturas internas e o conduziram a elementos do seu entorno. Para o externalismo de conteúdo mental o verdadeiro conteúdo que compõe as crenças de um agente não depende unicamente de estados internos desse agente cognoscente, mas, também, de alguns fatores externos à sua mente. O externalismo epistêmico, postula que o que um agente acredita saber não depende exclusivamente de determinados estados internos do agente, mas, também, de alguns dados exteriores. Existe no sistema ockhamista uma relação com o externalismo linguístico e também com o externalismo de conteúdo mental.

O primeiro indicativo que nos leva a acreditar que existe uma filosofia da mente em Ockham é a existência de uma linguagem mental. O segundo ponto é que a concepção de ciência de Ockham é proposicional – saber é “saber que ...” Isso expressa que a noção de conhecimento

ockhamiana é intencional. Ao mesmo tempo todo o aparato da linguagem mental possui função referencial, isto é, se refere diretamente a objetos exteriores. Neste sistema o conteúdo mental se refere ao mundo exterior e existe uma preocupação de que as proposições mentais façam referência à realidade fora da alma de maneira inequívoca. De modo que poderíamos aproximar muito a concepção ockhamiana de uma visão externalista.

Do ponto de vista epistemológico a aquisição do conhecimento em Ockham é explicada através da teoria dos atos mentais, uma teoria essencialmente intencional segundo a qual as proposições mentais estão relacionadas ao mundo, porém a aquisição do conhecimento se dá principalmente através de operações do intelecto. A teoria de Ockham forneceria uma solução para o debate externalista de como a linguagem pode comunicar conteúdos do mundo exterior através de estados mentais que são subjetivos. Longe de cair em qualquer tipo de subjetivismo forte, a noção de Ockham preserva a universalidade da linguagem porque postula uma linguagem mental que é inata e anterior às línguas. A estrutura que compõe a linguagem mental é extremamente semelhante à linguagem das línguas convencionais, porém bastante reduzida, o que garante a universalidade da comunicação dos estados subjetivos através da linguagem convencional. Tanto a comunicação quanto a aquisição de qualquer língua são possíveis graças a estrutura interna inata da linguagem mental do nosso autor.

## Conclusão

A filosofia da mente presente no pensamento de Ockham diz respeito a considerações gerais sobre a mente e seu funcionamento que não visa responder aos interesses específicos da filosofia da mente contemporânea. Contudo, inserida no debate sua teoria pode fornecer uma perspectiva crítica considerável para tratar sobretudo do problema existência da linguagem do pensamento e algumas dificuldades do externalismo contemporâneo.

## Referências

D'ARC, A. Ferreira. *A linguagem mental de Guilherme de Ockham*: Contribuição frente ao externalismo contemporâneo. 2010, 220 p.

FODOR, J. A. *The language of thought*. Mass.: Cambridge, 1981.

OCKHAM, William. *Ockham's theory of Terms*: part I - of the *Summa Logicae*. Trad. and Introd. by Michael J. Loux. Indiana: St. Augustine's Press, 1998.

PANACCIO, Claude. *Le discours intérieur*: de Platon à Guillaume de Ockham. Paris: Éditions du Seul, 1998.

PUTNAM, Hilary. *Reason, truth and history*. Cambridge University Press, Cambridge, 1981, pp. 1-21.

RYLE, Gilbert. *The concept of mind*. New York: Routledge, 2009

TEIXEIRA, João de Fernandes. *Como ler a filosofia da mente*. São Paulo Paulus, 2008. 72 P.